

## **CAP. 10 Reunificação Familiar: Da Investigação à Prática Profissional**

**Micaela Pinheiro e Eunice Magalhães**

### **NOTA DE AUTORES**

#### **Micaela Pinheiro**

Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Doutoranda em Psicologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Desenvolve investigação na área do acolhimento residencial e tem experiência profissional no âmbito da proteção de crianças e jovens em perigo.

#### **Eunice Magalhães**

Doutorada em Psicologia, é atualmente investigadora integrada do Centro de Investigação e Intervenção Social do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e docente no Mestrado de Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Desenvolve a sua investigação nas áreas da vitimologia, psicologia da família, proteção de crianças/jovens e acolhimento familiar e residencial. Além disso, tem experiência profissional com vítimas de violência, em particular no contexto de proteção de crianças em perigo, e publicações em revistas científicas nestes domínios.

## **Introdução**

Gradualmente as medidas de acolhimento residencial e familiar têm-se revelado merecedoras de cada vez maior atenção, nomeadamente ao nível da definição de pressupostos teóricos, metodologias de intervenção e desenvolvimento de programas e políticas de proteção à infância (Delgado et al., 2014). Neste contexto, importa compreender os processos de reunificação familiar de crianças e jovens no sistema de acolhimento. O processo de reunificação das crianças ou jovens à sua família de origem é considerado como uma prioridade desde as últimas décadas (LaBrenz et al., 2020; Davis et al., 2013) sendo por isso um tópico amplamente estudado (Basiaga et al., 2018; Petrowski et al., 2017; Courtney, 1995; Festinger, 1996).

Neste sentido, o presente capítulo visa descrever o processo de reunificação familiar numa abordagem direcionada para o conceito, contexto histórico, avaliação e intervenção. Alude-se ao enquadramento legal vigente em Portugal e à evidência empírica que sustenta a intervenção. Destaca-se a importância da tomada de decisão e do apoio formal, caracterizando as equipas que trabalham com as famílias e identificando as linhas orientadoras da sua intervenção. Procura, ainda, identificar os fatores explicativos do sucesso ou insucesso do processo de reunificação familiar, bem como modelos e programas de intervenção.

### **Contextualização dos processos de reunificação familiar**

A Reunificação Familiar é um processo complexo e desafiante (Martin et al., 2020; Vischer et al., 2017; Crenshaw & Barnum, 2001) que visa o regresso de crianças ou jovens que se encontram em acolhimento residencial ou em acolhimento familiar à sua família biológica (Welfare Information Gateway, 2011; Bailon et al., 2018; Gomes, 2010). Neste contexto, a literatura tem vindo a demonstrar que o tempo das crianças ou jovens em acolhimento é prolongado (Petrowski et al., 2017; Siqueira et al., 2011), sendo ainda reduzida a percentagem

de situações em que a definição do plano de intervenção visa o regresso à família de origem (i.e., 39%) (Instituto da Segurança Social, I. P. [ISS, I. P], 2020). Com efeito, nem sempre a intervenção tem como objetivo a futura reunificação, e por consequência, não se verifica o efetivo regresso da criança ou do jovem (Delgado et al., 2014).

Quando aplicada uma medida de acolhimento residencial ou familiar, e atendendo a que se espera que esta medida possa ser provisória e/ou temporária (Delgado et al., 2014), é essencial definir o projeto de promoção e proteção (Farmer, 2014; Siqueira et al., 2011) e avaliar se o regresso ao contexto familiar é a melhor resposta. Acresce que o processo de reunificação se deve iniciar a partir do momento em que a criança ou jovem é separada dos pais, pelo que a avaliação e a intervenção deve ser célere, rigorosa e intensiva. De acordo com a evidência empírica, existem vários fatores explicativos da retirada das crianças e consequente acolhimento (Bailon et al., 2018; Basiaga et al., 2018), entre os quais se destacam, o abuso e negligência (Delgado et al., 2019) consumo de substâncias, violência doméstica ou outras situações em que os pais não exercem o adequado exercício das suas funções parentais (Dworsky, 2015; Thornberry et al., 2012). É precisamente a melhoria das competências parentais (Vischer et al., 2017), um dos objetivos a que o processo de reunificação se propõe.

Historicamente, importa notar que nos anos 60 do século XX se assistiu, nos Estados Unidos da América, à separação de muitas crianças e jovens das suas famílias de origem por consequência de práticas parentais inadequadas, concretamente, situações de maus-tratos. Tal originou, no final dos anos 70 do século XX, a institucionalização de muitas crianças e jovens de forma temporária e insegura, pois não existiam serviços especializados que as pudessem auxiliar e intervir junto das suas famílias (Maluccio et al., 1996). Dez anos depois, verifica-se uma mudança de paradigma, pois emergem acolhimentos estáveis e protetores e, ainda, serviços de apoio às famílias, assentes em evidência empírica. Em 1989, sucede a publicação da

*Convenção sobre os Direitos da Criança*, salientando o direito da criança a viver com os pais e a manutenção das relações pais-filhos (UNICEF, 1989).

Em Portugal, a ratificação da *Convenção dos Direitos da Criança* (UNICEF, 1989) veio despertar para a necessidade de:

*“Toda a criança ter direito a viver numa filiação segura, vinculada com ambos os progenitores e juridicamente estável, sem atropelos ou descontinuidades arbitrárias e injustificadas, à luz do seu superior interesse, construindo-se uma ética de cuidar da mesma, uma cultura de Criança e um futuro excelente para a mesma”* (Guerra, 2016, p.6).

Com efeito, desde 1 de setembro de 1999 (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), surge no Sistema de Promoção e Proteção Português a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), revista em 2003 (Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto), 2015 (Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro), 2017 (Lei n.º 23/2017, de 23 de maio) e 2018 (Lei n.º 26/2018, de 5 de julho). Sucintamente, a alteração de 2015 da presente lei vem reforçar a importância da família no que respeita à responsabilidade parental e à salvaguarda das relações de segurança. No âmbito da aplicação de medidas de promoção e proteção de acolhimento residencial ou familiar, a presente lei destaca a importância da continuidade das relações significativas profundas (por exemplo, pais, família biológica).

Além disso, de acordo com o princípio da responsabilidade parental, descrito na LPCJP, quando as funções parentais dos pais se revelam infrutíferas, os mesmos devem beneficiar de uma intervenção especializada, para que estes possam desenvolver competências pessoais, sociais e familiares (Akin & McDonald, 2018). Outro aspeto relevante para este tipo de intervenção reside no facto de os serviços especializados assumirem uma posição neutra e não coerciva em relação aos pais e em relação aos serviços de promoção e proteção (Vischer et al., 2017) acabando por facilitar a relação estabelecida com a família. Assim, a Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, cria os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

(CAFAP), assumindo especial importância para a concretização plena do processo que é a reunificação. Em Portugal Continental existem em funcionamento 98 CAFAP (Gabinete de estratégia e Planeamento, 2019).

Os CAFAP são serviços de apoio especializado às famílias que intervêm ao nível da prevenção e reparação de situações de risco psicossocial, mediante a promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens e, transversalmente, através da capacitação para desenvolvimento de competências parentais, pessoais e familiares que permitam aos pais a melhoria do desempenho da função parental. Por seu turno, compreende diferentes níveis de intervenção de índole pedagógica e psicossocial que, de acordo com as situações familiares, pode integrar três modalidades distintas, entre elas: a Preservação Familiar, a Reunificação Familiar e o Ponto de Encontro Familiar (artigo 8º).

A supracitada portaria define (artigo 9º) que no âmbito da Reunificação Familiar, é necessário obedecer a quatro fases de intervenção, designadamente: a) avaliação da situação familiar; b) elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF); c) desenvolvimento e acompanhamento do PIAF; d) termo da intervenção. No que respeita ao PIAF, genericamente, importa traçar numa abordagem cooperativa entre as famílias, as crianças, os jovens e a equipa, um plano, que irá conter os objetivos da intervenção, as estratégias a implementar e a responsabilidade de cada um dos elementos envolvidos no caso, de forma a assegurar que os fatores que conduziram à retirada da criança ou jovem são eliminados.

Tal como outros serviços do sistema de promoção e proteção, o CAFAP intervém de acordo com princípios orientadores (artigo 5º). Assim, reconhece as crianças e os jovens como sujeitos de direitos, que devem receber a proteção necessária de forma a assegurar o seu desenvolvimento integral. Para além disso, considera-se a família como um sistema e entende-se que só através de uma perspetiva holística é que a avaliação e a intervenção podem ser adequadas (Relvas, 1996).

## **O papel dos profissionais e os processos de tomada de decisão**

O trabalho a realizar nesta área exige a colaboração entre profissionais, o que remete para a importância da articulação entre diferentes entidades (Basiaga et al., 2018; Trout et al., 2008). Estas entidades podem ser os serviços da comunidade que estão vocacionados para o suporte às necessidades das famílias, concretamente, nas áreas da saúde, educação, segurança social e justiça (Fernandez & Lee, 2013). Por seu turno, articulam com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, sempre que se afigure pertinente, com as equipas técnicas de assessoria ao tribunal. No âmbito da reunificação familiar assiste-se, de facto, a um trabalho articulado com as casas de acolhimento ou famílias de acolhimento, assumindo-se, estas, como elementos-chave para o regresso da criança ou jovem aos pais (Del Valle et al., 2009; Miller et al., 2006). Neste sentido, a tomada de decisão dos profissionais que trabalham no sistema de promoção e proteção é fundamental para compreender os processos de reunificação familiar. Estes, pelo papel que desempenham, têm o poder e a responsabilidade de definir o projeto de promoção e proteção da criança ou do jovem e decidir se o mesmo contempla a reunificação familiar (Hébert et al., 2018; Martin et al., 2020; Munro, 2019).

De acordo com a literatura os esforços de investigação sobre a tomada de decisão, ainda, são escassos (Lopez et al., 2013; Vischer et al., 2017), e parece existir alguma ambiguidade e dualidade neste processo (Carvalho et al., 2018), que se traduz na divergência de perspetiva dos profissionais. Se, por um lado, as divergências entre profissionais sobre as decisões relacionadas com a intervenção com a criança/família podem constituir-se como uma limitação (Ruscio, 1998), por outro lado, podem até melhorar a qualidade da tomada de decisão sobre determinado caso (Benbenishty, 2008; Vischer et al., 2017).

Baumann et al., (2011) referem que o modelo ecológico deve ser tido em conta para a tomada de decisão, na medida em que este processo parece ser influenciado por fatores a

diferentes níveis, como a experiência profissional, valores e crenças do técnico responsável pelo processo, as características dos processos, ou questões organizacionais (Baumann et al., 2011; Evans 2011; 2016 citado por Carvalho et al., 2018). Com efeito, Carvalho et al., (2018), verificaram diferenças na tomada de decisão no que respeita ao sexo, orientação religiosa e profissão. Concretamente, os profissionais do sexo feminino, católicos, educadores sociais e assistentes sociais consideram que existe maior risco de danos físicos se a criança regressar à família do que os profissionais do sexo masculino, não-católicos e os profissionais com outras profissões (Carvalho et al., 2018). Existe ainda evidência de que a tomada de decisão parece influenciada pela teoria, o conhecimento geral e a experiência profissional (Benbenishty et al., 2003).

De acordo com a literatura é importante preparar a família e as crianças ou jovens para a reunificação (Carvalho et al., 2018; Ringle et al., 2015). Todavia, Carvalho et al., (2018) acrescentam que em alguns países, como Espanha e Portugal, quando as crianças ou jovens apresentam um percurso estável no acolhimento, os profissionais tendem a não recomendar a reunificação, acabando a criança ou jovem por permanecer no sistema de acolhimento durante muitos anos. Tal, também, se verifica quando os pais não demonstram interesse em ter novamente a criança ou jovem aos seus cuidados. Por outro lado, é importante que as casas de acolhimento e as famílias de acolhimento sejam facilitadores dos processos de reunificação (Basiaga et al., 2018). Espera-se que apoiem os pais biológicos e que, nos casos em que a criança ou jovem está em família de acolhimento, se possa estabelecer uma relação de confiança entre as partes, para que os pais possam adquirir novas competências através da família em que a criança ou jovem está inserido (Magalhães et al., 2016; Maluccio et al., 1994). Assim, é pertinente que a família de acolhimento contribua para desconstruir com a criança o motivo do acolhimento e que explique adequadamente alguns comportamentos parentais, com o objetivo de minimizar representações negativas que a criança possa experienciar. Porém, alguns

profissionais revelam ser proveitoso sensibilizar a criança para os sentimentos dos pais biológicos, enquanto outros não identificam benefícios em fazê-lo (Basiaga et al., 2018). Teoricamente, sabe-se que em Portugal se espera que os profissionais avaliem a viabilidade do regresso da criança à família como primeira opção (Carvalho et al., 2018). Afigura-se, assim, de extrema relevância que os mesmos evidenciem que realizaram os esforços necessários para integrar novamente a criança ou jovem no seu meio natural de vida (Murray & Gesiriech, 2004).

Por seu turno, não é claro até que ponto a decisão dos profissionais é influenciada pela vontade própria da criança de desejar regressar ou não para junto dos pais (Carvalho et al., 2018), apesar de a maioria das crianças e dos jovens do sistema de promoção e proteção revelar consistentemente esse desejo (Geenen & Powers, 2007; LaBrenza et al., 2020; Mallon & McCartt Hess, 2005). É, porém, de destacar, que de acordo com a literatura, os desejos das crianças, dos jovens e dos pais, parecem não ter impacto sobre a tomada de decisão dos profissionais (Delgado et al., 2013, citado por Carvalho et al., 2018). Salienta-se, assim, a importância da participação das crianças e dos jovens nas decisões que tem impacto nas suas vidas, remetendo novamente para os princípios elencados na LPCJP.

### **Fatores explicativos do (in)sucesso nos processos de reunificação familiar**

O foco da intervenção no âmbito da Reunificação Familiar passa por garantir a estabilidade da família a longo prazo (Kimberlim et al., 2009). Assim sendo, para um adequado entendimento do processo de Reunificação é, também, indispensável direcionar a atenção para os fatores explicativos do sucesso e insucesso deste processo (Balsells et al., 2014; Bailon et al., 2018; Goemans et al., 2016). Através de uma reunificação bem-sucedida as famílias conseguem alcançar os três pilares do bem-estar na infância, concretamente, a permanência, a segurança e o bem-estar da criança ou jovem (LaBrenza et al., 2020).

Aludindo, então, aos fatores explicativos de sucesso, sabe-se que no processo de reunificação uma atitude positiva e colaborativa entre os pais biológicos e os profissionais de acolhimento é um fator muito importante (Basiaga et al., 2018), pois pode promover o treino de competências parentais e, conseqüentemente, aumentar a motivação para a mudança por parte dos pais biológicos, nomeadamente, ao nível da qualidade da interação com os seus filhos (Landy & Munro, 1998; McWey et al., 2010). Outro preditor de sucesso é a oportunidade de os pais que já passaram por um processo de reunificação familiar, poderem prestar suporte a famílias com problemáticas semelhantes. Tal permite a implementação de um novo papel, auxilia no desenvolvimento de competências e, como desejado, tem um impacto positivo nas crenças de auto-eficácia dos pais biológicos (Bailon et al., 2018; Lietz & Strength, 2011, citado por Basiaga et al., 2018).

Além disso, os fatores de sucesso ou insucesso podem ter que ver com as características da criança (Davis et al., 2013; LaBrenz et al., 2020). A literatura tem-se debruçado sobre fatores como, por exemplo, a idade, o género, a etnia, ou o motivo do acolhimento. No que respeita à idade, os estudos evidenciam que existe maior probabilidade de ocorrer a reunificação familiar com crianças mais velhas. Todavia, também há estudos em que os resultados divergem, não se verificando diferenças significativas entre crianças mais novas ou mais velhas (Goemans et al., 2016). No que concerne ao género, sabe-se que esta variável não parece explicar significativamente o sucesso ou insucesso dos processos de reunificação (Becker et al., 2007).

Quanto às características dos pais, a investigação parece ainda escassa (Akin, 2011; McDonald et al., 2007). Porém, os resultados sugerem que a probabilidade de reunificação familiar é superior quando a família nuclear da criança se mantém intacta (isto é, por oposição a famílias monoparentais), quando há envolvimento por parte dos pais no processo e quando os contactos com a criança ou o jovem são consistentes (Fonseca et al., 2014; Maltais et al., 2019;

Ringle et al., 2015). No que se refere aos fatores do sistema, a intervenção com vista à reunificação deve ser realizada por serviços especializados (LaBrenza et al., 2020) e em que os profissionais recorrem a abordagens centradas na família (por exemplo, terapia familiar) e a programas de intervenção ajustados às necessidades de cada família (Geurts et al., 2012). Para uma reunificação de sucesso acresce a necessidade de planear todo o processo antes, durante e após a transição da criança ou do jovem para junto dos pais, *num continuum*, que permita assegurar que os fatores que deram origem ao acolhimento estão suprimidos e que o risco de reentrada no sistema é mínimo ou inexistente (Ringle et al., 2015).

No que concerne aos fatores de insucesso denota-se o facto de as crianças com perturbações emocionais graves estarem mais propensas a acolhimentos de longa duração (isto é, três ou mais anos) (Akin et al., 2012). Com efeito, as crianças ou jovens com estas perturbações têm menor probabilidade de passar por um processo de reunificação (Akin, 2011; Barth et al., 2008; Chamberlain et al., 2006; Connell et al., 2006; Hurlburt et al., 2010). Por outro lado, ao analisar a etnia percebe-se que crianças ou jovens provenientes de minorias revelam menores taxas de reunificação e que o mesmo se verifica com crianças afro-americanas (Wulczyn, 2004). O tempo de acolhimento é também identificado como um fator de insucesso, na medida em que, quanto mais tempo a criança ou jovem estiver separado da família menor a probabilidade de reunificação (Gauthier et al., 2004; Vischer et al., 2017).

Relativamente ao contexto familiar, a ausência de habitação, os problemas financeiros, a ausência de apoio formal e a falta de colaboração e cooperação (por exemplo, falta de motivação, baixo potencial de mudança) em relação aos serviços são fatores prejudiciais ao processo (Basiaga et al., 2018; Maltais et al., 2019). Do mesmo modo, as retiradas por negligência, o consumo de substâncias, a saúde mental comprometida e a prisão também se identificam como fatores preditores do insucesso na reunificação (Lopez et al., 2013). Wulczyn et al., (2002) explicam que as crianças e os bebés tendem a voltar ao

acolhimento devido a fatores de risco familiares estáveis no tempo, como é o caso do consumo de substâncias pelos pais, dos antecedentes criminais ou das perturbações mentais. Finalmente, no que toca aos serviços e ao sistema, a ausência de uma adequada avaliação da situação familiar (Vischer et al., 2017) e problemas conceptuais e de medida (e.g., instrumentos insuficientes, inadequados) (Choate & Engstrom, 2014; White, 2005) também são preditores do insucesso do processo de reunificação.

### **Modelos orientadores da avaliação e intervenção familiar**

O *Framework for Assessment of Children in Need and their Families* (Department of Health, Department for Education and Employment, & Home Office, 2002) tem como objetivo providenciar um modelo organizado das necessidades das crianças e das famílias que permite orientar a avaliação e a intervenção dos profissionais no contexto da promoção e proteção das crianças e jovens em risco. O presente modelo triangular é apresentado em formato de pirâmide, incluindo no centro a criança ou jovem, e nos três lados da pirâmide as (1) necessidades de desenvolvimento da criança, a (2) capacidade parental dos pais para responder às necessidades e (3) a família e os fatores ecológicos. Os três domínios inter-relacionados permitem compreender de que forma é que estes fatores contribuem para o desenvolvimento da criança ou do jovem e providenciam informação que permite delinear o plano de ação que melhor responderá às suas necessidades. As necessidades de desenvolvimento da criança incluem dimensões como a saúde, educação, desenvolvimento emocional, identidade, relações familiares e sociais, apresentação social e competências de auto-cuidado. Por outro lado, para a avaliação da capacidade parental é importante considerar dimensões que dizem respeito aos cuidados básicos, à segurança, ao afeto, à estimulação, às regras e aos limites e à capacidade dos pais para assegurar a estabilidade. Por fim, no domínio da família e dos fatores ecológicos, dimensões como a história familiar e o seu funcionamento, a família alargada, a habitação, o

emprego, os rendimentos, a integração social da família e os recursos da comunidade são os fatores elegíveis e necessários à avaliação. Em suma, importa garantir que a avaliação e a planificação da intervenção se centram efetivamente na promoção do bem-estar da criança ou do jovem (Department of Health, 2000).

No contexto de acolhimento familiar, a *National Family Preservation Network* (NFPN) tem desenvolvido um conjunto de ferramentas que orientam a avaliação e a intervenção com vista à preservação e reunificação familiar, especificamente o *Intensive Family Reunification Services Protocol* (IFRSP) (Martens, 2003). O IFRSP é um protocolo constituído por um conjunto de recursos e linhas orientadoras de intervenção, que auxiliam na reunificação segura das crianças e dos jovens. Este protocolo visa, assim, providenciar programas de reunificação intensivos e ajustados às necessidades das famílias, demonstrar a eficácia da reunificação por meio da investigação e assegurar os recursos e os instrumentos necessários para a capacitação das equipas que trabalham com as famílias/crianças. Com efeito, sugere um modelo compreendido por três fases de reunificação, concretamente a i) fase preparatória, o ii) acompanhamento intensivo e o iii) “*step-down*” (Martens, 2003). A fase preparatória antecede o regresso da criança ou do jovem para junto da sua família, sendo assim, definida como a fase do processo em que o profissional e a família trabalham mutuamente as questões indispensáveis para o regresso da criança ou do jovem. Esta fase caracteriza-se pela realização de visitas domiciliárias da criança à família, implicando a presença do profissional, de forma a que este consiga avaliar a qualidade da relação e das interações. Neste sentido, o NFPN sugere uma medida concreta para a avaliação do funcionamento familiar antes e depois do processo de reunificação denominada *The North Carolina Family Assessment Scale For Reunification* (NCFAS-R). A presente escala foi desenvolvida especificamente para casos de reunificação familiar (Kirk, 2012), sendo composta por 10 domínios que incluem as capacidades parentais, as interações familiares, a segurança familiar, o ambiente, o bem-estar da criança, a vida

comunitária e social, a auto-suficiência, a saúde familiar, ambivalência do cuidador/criança e a disponibilidade do cuidador para a reunificação.

Posteriormente, após o regresso da criança ou do jovem ao contexto familiar inicia-se a fase de acompanhamento intensivo. Especificamente no IFRSP, existem linhas orientadoras de intervenção que devem ser aplicadas nos processos de reunificação, em especial nesta fase, nomeadamente: os profissionais estarem disponíveis 24 horas por dia (isto é, períodos noturnos e fins de semana); as equipas acompanharem um número reduzido de famílias (isto é, duas a quatro famílias por equipa); o profissional responsável pelo processo reunir com a família num período compreendido entre 72 horas após o encaminhamento; e o acompanhamento às famílias ser intensivo (por exemplo, 5 a 20 horas por semana) e realizado maioritariamente no domicílio. Por fim, o processo de reunificação deve ser limitado no tempo, implicando um período de intervenção de 60 a 90 dias. Não obstante, conforme as necessidades de cada família, o treino de competências parentais, a mediação familiar, o aconselhamento parental e a gestão de comportamentos são algumas das áreas que podem ser trabalhadas durante a fase supracitada. A segunda fase termina após a aplicação do instrumento NCFAS-R, sendo os resultados determinantes para a conclusão, efetiva, da fase de acompanhamento intensivo e planificação da terceira fase do processo de reunificação. Esta última fase, denominada “*step-down*”, caracteriza-se pelo acompanhamento à família e pelo auxílio na resolução de problemas de forma menos intensiva (Martens, 2003).

### **Estratégias e domínios de intervenção familiar**

No contexto do acolhimento familiar, sabe-se que abordagens de natureza cognitivo-comportamental têm sido frequentemente utilizadas (individual ou em grupo), assim como, programas de intervenção ao domicílio ou ainda a intervenção com base na terapia familiar (Melo & Alarcão, 2009). Os resultados da investigação, neste domínio, sugerem que a

integração dos pais nestes programas de intervenção pode influenciar positivamente o regresso adaptativo da criança ao seu meio natural de vida (Akin & McDonald, 2018; Patterson et al., 2010). A intervenção familiar, concretamente, o treino de competências parentais, tem vindo a ser alvo de investigação que sugere a sua eficácia na redução de fatores de risco, problemas de comportamento e dinâmicas disfuncionais (Hautmann et al., 2008; Rios & Williams, 2008;).

No que concerne às áreas de intervenção, a literatura sugere cinco domínios-chave, concretamente: i) perceção do papel parental; ii) auto-eficácia dos pais; iii) capacidade de adaptação às necessidades dos filhos; iv) suporte social; v) competências parentais (Basells et al, 2013; Palácios & Amorós, 2005; Maltais et al., 2019). Ao nível da perceção do papel parental, é importante que os pais compreendam os motivos que originaram a separação da criança ou jovem do seu meio natural de vida e que posteriormente consigam identificar as mudanças registadas que levaram à reunificação (Basells et al., 2013). No que se refere à auto-eficácia dos pais, níveis elevados de auto-eficácia permitem que as famílias reconheçam as suas capacidades e competências para resolver adaptativamente as dificuldades. Atendendo a que, em alguns casos, as crianças regressam à família numa outra fase de desenvolvimento, é importante que os pais consigam adaptar-se às necessidades físicas e emocionais dos seus filhos, de modo a assegurar regras e rotinas adequadas (Stephens et al., 2017). Já a quantidade e qualidade de suporte social disponibilizado pelas equipas, constituem um fator promissor para o sucesso da reunificação e estão associadas, teoricamente, a taxas menores de reentrada no sistema de proteção (Balsells Bailon et al., 2018). A melhoria das competências parentais, tal como tem vindo a ser identificado anteriormente, é um dos fatores mais significativos para uma reunificação familiar estável e de sucesso (Basells Bailon et al., 2018; Dell Vale, 2008; Gomes, 2010; Miller et al., 2006; Rios & Williams, 2008; Vischer et al., 2017;). A promoção do comportamento parental centrado no superior interesse da criança e em assegurar a satisfação

das suas necessidades, sem recurso a comportamentos abusivos torna-se fundamental (comportamentos também designados de parentalidade positiva) (Conselho da Europa, 2006).

No que se refere à intervenção ao nível da parentalidade é importante compreender qual o nível de cooperação entre os pais biológicos e os profissionais de acolhimento, seja em acolhimento residencial ou familiar (Manka & Ornacka, 2010). A comunicação e o contato entre o sistema de acolhimento e a família determinam o nível de execução do processo de reunificação, sendo que alguns estudos identificam o contacto de qualidade entre as partes como um fator protetor para a criança ou jovem (Sallnas et al., 2004). Além disso, num processo de reunificação familiar é essencial o restabelecimento da relação entre a criança e os pais biológicos, pelo que se afigura fundamental a promoção de contatos de qualidade entre os mesmos (Akin & McDonald, 2018; McWey et al., 2010; Sem & Broadhurst, 2011). De acordo com a evidência empírica, uma boa relação com a entidade de acolhimento permite aos pais reconhecer as práticas adequadas no contexto da função parental, assim como, treinar estratégias para lidar com o(s) filho(s) (Fernandez, 2007). Neste sentido, Magalhães et al., (2016) sugerem a mediação sociofamiliar como um recurso, no sentido de facilitar a comunicação entre os elementos da família e o seu sistema social e de proteção da criança e do jovem. A mediação sociofamiliar visa, assim, minimizar eventuais conflitos entre as partes intervenientes (isto é, familiar, institucional, judicial e social) no processo e aproximar as interações e relações, necessárias ao desenvolvimento equilibrado e ajustado das crianças e dos jovens para o regresso a casa. Trata-se, assim, de uma forma de intervenção relevante que objetiva o *empowerment* das famílias do ponto de vista individual e social e que potencia o sucesso do processo de reunificação (Magalhães et al., 2016).

Finalmente, os programas pós-reunificação (isto é, *follow-up*) são fundamentais ao nível do reconhecimento dos ganhos e da sua estabilidade, incluindo um acompanhamento menos intensivo e durante um período de aproximadamente 6 meses. Espera-se que o *follow-*

*up* permita avaliar a eficácia das estratégias e competências parentais adquiridas durante o processo de reunificação (CWIG, 2011; Ringle et al., 2015).

### **Conclusão**

Ao longo do presente capítulo procurou-se refletir sobre o conceito de Reunificação Familiar, compreendendo que se trata de um processo complexo e desafiante (Martin et al., 2020). O enquadramento legal e as políticas de proteção à infância, à semelhança do que se verifica em outros países, considera importante e prioritário, sempre que possível – após o período de separação -, o regresso da criança ou jovem à sua família biológica. Face ao exposto, um dos desafios que diariamente se coloca passa por garantir que o processo de tomada de decisão dos profissionais reflete todos os esforços realizados, de forma a evitar que as crianças e que os jovens se mantenham acolhidos sem qualquer intervenção com vista à reunificação. Na sequência disto, recorrer à articulação com todos os parceiros, com objetivo de aumentar a eficácia da intervenção, parece fundamental.

Revela-se ainda especialmente pertinente destacar a importância das equipas especializadas para a concretização de programas de intervenção que permitam aos pais melhorar ou mesmo adquirir novas competências parentais. Com efeito, sabemos que genericamente os fatores promotores do sucesso na reunificação familiar incluem a intervenção realizada por serviços especializados que se centrem em abordagens centradas na família (nomeadamente, terapia familiar e mediação sociofamiliar) e programas de intervenção parental (por exemplo que contemplam as competências parentais) (Basiaga et al., 2018; Geurts et al., 2021; LaBrenza et al., 2020). Além disso, salientar a importância do planeamento antes, durante e após (isto é, *follow up*) a transição da criança ou do jovem para o regresso à família (Martens, 2003). Por outro lado, teoricamente, o insucesso da reunificação pode estar relacionado com uma avaliação inadequada/insuficiente da capacidade parental dos pais (Maltais et al., 2019; Vischer et al., 2017; White, 2005). Finalmente, torna-se fundamental

desenvolver esforços adicionais de avaliação da eficácia da intervenção desenvolvida, com recurso a metodologias robustas e válidas.

### Referências

- Akin, B. A. (2011). Predictors of foster care exits to permanency: A competing risks analysis of reunification, guardianship and adoption. *Children and Youth Services Review, 33*, 999–1011.
- Akin, B. A., & McDonald, T. P. (2018). Parenting intervention effects on reunification: A randomized trial of PMTO in foster care. *Child abuse & neglect, 83*, 94-105.
- Akin, B. A., Bryson, S. A., McDonald, T., & Walker, S. (2012). Defining a target population at high risk of long-term foster care: barriers to permanency for families of children with serious emotional disturbances. *Child Welfare, 91*(6).
- Balsells, M., Pastor, C., Amorós, P., Mateos, A., Ponce, C., & Navajas, A. (2014). Child welfare and successful reunification through the socio-educative process: Training needs among biological families in Spain. *Social Sciences, 3*, 809–826. <http://doi.org/10.3390/socsci3040809>
- Balsells, M., Pastor, C., Molina, M. C., Fuentes-Peláez, N., Vaquero, E., & Mundet, A. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala, 42*, 809–826. <http://doi.org/10.3390/socsci3040809>
- Balsells Bailón, M. A., Mateos Inchaurredo, A., Urrea Monclús, A., & Vaquero Tió, E. (2018). Positive parenting support during family reunification. *Early Child Development and Care, 188*(11), 1567-1579.
- Barth, R. P., Weigensberg, E. C., Fisher, P. A., Fetrow, B., & Green, R. L. (2008). Reentry of elementary aged children following reunification from foster care. *Children and Youth Services Review, 30*, 353–364.

- Basiaga, J. P., Róg, A., & Zięba-Kołodziej, B. (2018). Professional foster families in the reunification process—Polish experience. *Child & Family Social Work, 23*(4), 649-656.
- Baumann, D. J., Dalglish, L., Fluke, J., & Kern, H. (2011). *The decision-making ecology*. Washington, DC: American Humane Association.
- Becker, M. A., Jordan, N., & Larsen, R. (2007). Predictors of successful permanency planning and length of stay in foster care: The role of race, diagnosis and place of residence. *Children and Youth Services Review, 29*(8), 1102-1113.
- Benbenishty, R., Osmo, R., & Gold, N. (2003). Rationales provided for risk assessments and for recommended interventions in child protection: a comparison between Canadian and Israeli professionals. *British Journal of Social Work, 33*, 137–155. <https://doi.org/10.1093/bjsw/33.2.137>
- Carvalho, J. M. S., Delgado, P., Pinto, V. S., & Benbenishty, R. (2018). Reunification in foster care: Influences on decision-making. *Child Abuse & Neglect, 86*, 67–78. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.09.012>.
- Chamberlain, P., Price, J. M., Reid, J. B., Landsverk, J., Fisher, P. A., & Stoolmiller, M. (2006). Who disrupts from placement in foster and kinship care? *Child abuse & neglect, 30*(4), 409-424.
- Child Welfare Information Gateway [CWIG]. (2011). Family reunification: What the evidence shows. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services.
- Choate, P., & Engstrom, S. (2014). The “good enough” parent: Implications for child protection. *Child Care in Practice, 20*(4), 368–382. <https://doi.org/10.1080/13575279.2014.915794>.
- Connell, C. M., Katz, K. H., Saunders, L., & Tebes, J. K. (2006). Leaving foster care—The influence of child and case characteristics on foster care exit rates. *Children and Youth Services Review, 28*(7), 780-79.

- Conselho da Europa. (2006). *Recomendação Rec(2006)19: Do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os estados membros sobre a política de apoio à parentalidade positiva*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/19464/Recomendação+2006/e36ba3eb-d849-4ebb-9827-688de3e92f94> (29/11/2020).
- Courtney, M. E. (1994). Factors associated with the reunification of foster children with their families. *Social Service Review*, 68(1), 81–108. <https://doi.org/10.1086/604034>.
- Crenshaw, W., & Barnum, D. (2001). You can't fight the system: Strategies of family justice in foster care reintegration. *The Family Journal*, 9(1), 29-36.
- Davis, C. W., Ó'Brien, K., Rogg, CS, Morgan, LJ, Branco, CR, & Houston, M. (2013). atualização de 24 meses sobre o impacto das mesas-redondas sobre a permanência dos jovens no orfanato. *Crianças e Jovens Serviços Review*, 35, 2128 - 2134. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2013.10.016>.
- Del Valle, J. F., Bravo, A., & López, M. (2009). El acogimiento familiar en España: Implantación y retos actuales. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 33–41.
- Delgado, P., Carvalho, J., & Correia, F. (2019). Viver em acolhimento familiar ou residencial: O bem-estar subjetivo de adolescentes em Portugal. *Psicoperspectivas*, 18(2), 86-97.
- Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Pinto, V. S. (2014). Crescer em Família: A permanência no acolhimento familiar. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 23, 123–150. [https://doi.org/10.7179/PSRI\\_2014.23.06](https://doi.org/10.7179/PSRI_2014.23.06).
- Department of Health. (2002). *Framework for the Assessment of Children in Need and their families*. London: The Stationnery Office.
- Dworsky, A. (2015). Child welfare services involvement among the children of young parents in foster care. *Child Abuse & Neglect*, 45, 68–79.
- Evans, T. (2011). Professionals, managers and discretion: Critiquing street-level bureaucracy. *British Journal of Social Work*, 41(2), 368–386. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcq074>.

- Evans, T. (2016). Street-level bureaucracy, management and the corrupted world of service. *European Journal of Social Work*, 19(5), 602–615. <https://doi.org/10.1080/13691457.2015.1084274>.
- Farmer, E. (2014). Improving reunification practice: Pathways home, progress and outcomes for children returning from care to their parents. *British Journal of Social Work*, 44(2), 348–366. <http://doi.org/10.1093/bjsw/bcs093>.
- Fernandez, E. (2007). Supporting children and responding to their families: Capturing the evidence on family support. *Children and Youth Services Review*, 29(10), 1368-1394.
- Fernandez, E., & Lee, J.S., (2013). Accomplishing family reunification for children in care: An Australian study. *Children and Youth Services Review*, 35(9), 1374–1384. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.05.006>.
- Festinger, T. (1996). Going home and returning to foster care. *Children and Youth Services Review*, 18(4-5), 383–402.
- Fonseca, R., Blascovich, J., & Garcia-Marques, T. (2014). Challenge and threat motivation: Effects on superficial and elaborative information processing. *Frontiers in psychology*, 5, 1170.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2019). *Carta Social – Rede de Serviços e equipamentos 2018*. Lisboa: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- Gauthier, Y., Fortin, G., & Jé'liu, G. (2004). Clinical application of attachment theory in permanency planning for children in foster care: The importance of continuity of care. *Infant Mental Health Journal*, 25, 379–396. <https://doi.org/10.1002/imhj.20012>.
- Geenen, S., & Powers, L. E. (2007). Tomorrow is another problem: The experiences of youth in foster care during their transition into adulthood. *Children and Youth Services Review*, 29(8), 1085–1101.

- Geurts, E. M., Boddy, J., Noom, M. J., & Knorth, E. J. (2012). Family-centred residential care: the new reality? *Child & Family Social Work, 17*(2), 170-179.
- Goemans, A., Vanderfaellie, J., Damen, H., Pijnenburg, H., & Van Holen, F. (2016). Reunification of foster children: Factors associated with reunification outcomes in Flanders and the Netherlands. *Children and Youth Services Review, 70*, 284-292.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Lisboa: Texto Editores.
- Guerra, P. (2016). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada*. Lisboa: Almedina.
- Hautmann, C., Hanisch, C., Mayer, I., Plück, J., & Dopfner, M. (2008). Effectiveness of the prevention program for externalizing problem behaviour (PEP) in children with symptoms of attention-deficit/hyperactivity disorder and oppositional defiant disorder—generalization to the real world. *Journal of Neural Transmission, 115*(2), 363-370.
- Hébert, S. T., Esposito, T., & Hélie, S. (2018). How short-term placements affect placement trajectories: A propensity-weighted analysis of re-entry into care. *Children and Youth Services Review, 95*, 117–124. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.10.032>.
- Hurlburt, M. S., Chamberlain, P., DeGarmo, D. S., Zhang, J., & Price, J. M. (2010). Advancing prediction of foster placement disruption using brief behavioral screening. *Child Abuse & Neglect, 34*, 917–926. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.07.003>.
- Instituto da Segurança Social, I.P. [ISS, I.P.]. (2020). *CASA 2019 - Relatório Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Retirado de: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relatório%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a944d2-bff7-df1f111dc7ee?fbclid=IwAR0m7URHDSXvwFBIDMMkr8Ixctg9ZHOcJHosP3G93duT63OMxBI-9RrmQUY> (05/11/2020).

Kimberlin, S. E., Anthony, E. K., & Austin, M. J. (2009). Re-entering foster care: Trends, evidence, and implications. *Children and Youth Services Review*, 31(4), 471–481. <http://doi.org/10-1016/j.chilyouth.2008.10.003>.

Kirk, R.S. (2012). Development, intent, and use of the North Carolina Family Assessment Scales and their relation to reliability and validity of the scales.

LaBrenz, C. A., Fong, R., & Cubbin, C. (2020). The road to reunification: Family-and state system-factors associated with successful reunification for children ages zero-to-five. *Child abuse & neglect*, 99, 104252.

Landy, S., & Munro, S. (1998). Shared parenting: Assessing the success of a foster parent program aimed at family reunification. *Child Abuse and Neglect*, 22(4), 305–318.

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. *Diário da República* n.º 204/1999, Série I-A.

Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto. Altera o Código Civil, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, O Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção. *Diário da República* n.º 193/2003, Série I-A.

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. *Diário da República* n.º 175/2015, Série I.

Lei n.º 23/2017, de 23 de maio. Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos. *Diário da República* n.º 99/2017, Série I.

Lei n.º 26/2018, de 5 de julho. Regularização do estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparadas (quarta alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e sexta alteração ao regime

- jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional). *Diário da República* n.º 128/2018, Série I.
- Lietz, C. A., & Strength, M. (2011). Stories of successful reunification: A narrative study of family resilience in child welfare. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 92(2), 203–210.
- López, M., Del Valle, J. F., Montserrat, C., & Bravo, A. (2013). Factors associated with family reunification for children in foster care. *Child and Family Social Work*, 18, 226–236. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2012.00847.x>.
- Magalhães, L.; Silva, A. M. C & Almeida, A. T. de. (2016). A mediação sociofamiliar no âmbito do acolhimento residencial. In A. M. C. Silva; M. L. Carvalho & L. R. Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da Mediação Social: processos e práticas* (pp. 119-128). Braga: CECS.
- Mallon, G. P., & McCartt Hess, P. (2005). *Child welfare for the twenty-first century: A handbook of practices, policies, and programs*. New York: Columbia University Press.
- Maltais, C., Cyr, C., Parent, G., & Pascuzzo, K. (2019). Identifying effective interventions for promoting parent engagement and family reunification for children in out-of-home care: A series of meta-analyses. *Child Abuse & Neglect*, 88, 362-375.
- Maluccio, A. N., Fein, E., & Davis, I. P. (1994). Family reunification: Research findings, issues, and directions. *Child Welfare*, 73(5), 489.
- Maluccio, A. N., Abramczyk, L. W., & Thomlison, B. (1996). Family reunification of children in out-of-home care: Research perspectives. *Children and Youth Services Review*, 18(4/5), 287–305.
- Martens, P. (2003). *Intensive family reunification services protocol*. National Family Preservation Network.

<http://www.hunter.cuny.edu/socwork/nrcfcpp/downloads/teleconferences/IFRS-Protocol.pdf> (29/11/2020).

- Martín, E., González-Navasa, P., & Betancort, M. (2020). Who will go back home? Factors associated with decisions to address family reunification from residential care. *Children and Youth Services Review, 109*, 104729.
- McDonald, T. P., Poertner, J., & Jennings, M. A. (2007). Permanency for children in foster care: A competing risks analysis. *Journal of Social Service Research, 33*(4), 45-56.
- McWey, L. M., Acock, A., & Porter, B. E. (2010). The impact of continued contact with biological parents upon the mental health of children in foster care. *Children and Youth Services Review, 32*, 1338–1345.
- Melo, A. T. D., & Alarcão, M. (2009). Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: Proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & Sociedade, 21*(1), 55-64.
- Miller, K. A., Fisher, P. A., Fetrow, B., & Jordan, K. (2006). Trouble on the journey home: Reunification failures in foster care. *Children and Youth Services Review, 28*, 260–274.
- Munro, E. (2019). Decision-making under uncertainty in child protection: Creating a just and learning culture. *Child and Family Social Work, 24*, 123–130. <https://doi.org/10.1111/cfs.12589>.
- Murray, K. O., & Gesiriech, S. (2004). A Brief Legislative History of the Child Welfare System. Washington: The Pew Charitable Trusts.
- <https://www.masslegalservices.org/system/files/library/Brief%20Legislative%20History%20of%20Child%20Welfare%20System.pdf> (06/05/2021).
- Palacios, J., & Amorós, P. (2005). Recent changes in adoption and fostering in Spain. *British Journal of Social Work, 36*, 921– 935. <http://doi.org/10.1093/bjsw/bch363>

- Patterson, G. R., Forgatch, M. S., & DeGarmo, D. S. (2010). Cascading effects following intervention. *Development and Psychopathology*, *22*, 949–970. <https://doi.org/10.1017/S0954579410000568>.
- Petrowski, N., Cappa, C., & Gross, P. (2017). Estimating the number of children in formal alternative care: Challenges and results. *Child Abuse & Neglect*, *70*, 388-398.
- Portaria nº139/2013, de 2 de Abril. Diário da República nº 64/2013 – Serie. Lisboa: Ministério da Solidariedade e Segurança Social. Lisboa. Retirado de: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/259950/details/maximized> (05/11/2020).
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ringle, J. L., Thompson, R. W., & Way, M. (2015). Reunifying families after an out-of-home residential stay: Evaluation of a blended intervention. *Journal of child and family studies*, *24*(7), 2079-2087.
- Rios, K. D. S. A., & Williams, L. C. D. A. (2008). Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em crianças: uma revisão. *Psicologia em estudo*, *13*(4), 799-806.
- Ruscio, J. (1998). Information integration in child welfare cases: An introduction to statistical decision-making. *Child Maltreatment*, *3*(2), 143–156. <https://doi.org/10.1177/1077559598003002008>.
- Sallnäs, M., Vinnerljung, B., & Kyhle Westermarck, P. (2004). Breakdown of teenage placements in Swedish foster and residential care. *Child & Family Social Work*, *9*(2), 141–152.
- Sen, R., & Broadhurst, K. (2011). Contact between children in out-of-home placements and their family and friends networks: A research review. *Children and Youth Services Review*, *16*, 298–309.

- Siqueira, A. C., Massignan, L. T., & Dell'Aglio, D. D. (2011). Family reintegration of adolescents: unsuccessful processes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, *21*(50), 383-391.
- Stephens, T. N., Parchment, T., Gopalan, G., Burton, G., Ortiz, A., Brantley, T., & McKay, M. (2017). *Assessing the needs of reunified families from foster care: A parent perspective. Child Welfare*, *94*(6), 9–37.
- Thornberry, T., Knight, K., & Lovegrove, P. (2012). Does maltreatment beget maltreatment? A systematic review of the intergenerational literature. *Trauma, Violence and Abuse*, *13*(3), 135–152.
- Trout, A., Hagaman, J., Chmelka, M., Gehringer, R., Epstein, M., & Reid, R. (2008). Academic, Behavioral, and Mental Health Status of Children and Youth at Entry to Residential Care. *Residential Treatment for Children & Youth*, *25*(4), 359–374. doi: 10.1080/08865710802533654
- UNICEF. (1989). A Convenção sobre os Direitos da Criança. UNICEF
- Vischer, A. F. W., Grietens, H., Knorth, E. J., & Mulder, H. (2017). Assessing parenting in the context of reunification of infants/toddlers and their families: How to face the challenges? *Infant Mental Health Journal*, *38*(3), 406-421.
- White, A. (2005). Assessment of parenting capacity: Literature review. Ashfield, New South Wales, Australia: Center for Parenting & Research, NSW Department of Community Services.
- Wulczyn, F., Hislop, K. B., & Harden, B. J. (2002). The placement of infants in foster care. *Infant Mental Health Journal: Official Publication of the World Association for Infant Mental Health*, *23*(5), 454-475.
- Wulczyn, F. (2004). Family reunification. *The Future of Children*, *14*(1), 94–113.